



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287341-2 RECIFE/PE

AGRAVANTE: CASA D INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA

ADVOGADO: VICTOR ALEXANDRE ZILIOLI FLORIANO SP164791

AGRAVADO: KAROLINE SOARES CHAVES

ADVOGADO: ALMIR VASCONCELOS RAMOS PE026080

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO

JULGAMENTO:

EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. COMPENSAÇÃO DE CHEQUES INDEVIDA. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. NÃO CABIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA INOCORRENTE.

1. Muito embora figure no instrumento de contrato pessoa jurídica diversa da recorrente, esta figura como garantidora da qualidade dos produtos, indicando, assim, sua participação na relação contratual.

2. Ademais, estando as partes sob a égide da legislação consumerista, utiliza-se a Teoria da Aparência, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela qual “não se pode obrigar o contratante de boa-fé a realizar uma verificação aprofundada da personalidade jurídica da empresa antes de contratar ou de demandar contra ela” (TJRS. Agravo de Instrumento nº 70048915359, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 15/05/2012).

3. Presentes, portanto, a conduta ilícita, consubstanciada na compensação se cheques sem a devida contraprestação por parte da empresa, o dano causado à recorrida, ante a anotação indevida nos órgãos de proteção ao crédito, bem assim o nexo de causalidade entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

4. Manutenção do importe indenizatório em R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais), uma vez que se coaduna com o comumente aplicado pelo STJ e por este Egrégio Tribunal, por atender ao binômio reparação/desestímulo.

5. Não houve sucumbência recíproca, porquanto a autora/agravada decaiu somente de um dos pedidos, qual



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

seja a confecção dos móveis contratados, tendo sido vencedora nos pleitos de retirada do apontamento indevido e condenação em danos morais.

6. Por unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0287341-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 26 de maio de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

252

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287341-2 RECIFE/PE

AGRAVANTE: CASA D INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA

ADVOGADO: VICTOR ALEXANDRE ZILIO FLORIANO SP164791

AGRAVADO: KAROLINE SOARES CHAVES

ADVOGADO: ALMIR VASCONCELOS RAMOS PE026080

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por CASA D INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA em face da **decisão terminativa** de fls. 237/239, que negou provimento ao apelo, para manter íntegra a sentença de primeiro grau a qual julgou procedente em parte o pedido para tornar definitiva a tutela antecipada e condenar a empresa, ora agravante, ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais).

A presente demanda originou-se em pedido de ressarcimento por danos morais supostamente sofridos em razão da inclusão do nome da autora/agravada nos cadastros de maus pagadores do SPC e SERASA. No petitório inicial, informa a demandante que, tendo contratado com a empresa agravante a confecção de móveis para sua residência, emitiu 10 (dez) cheques no valor de R\$ 1.080,00 (mil e oitenta reais) cada. Informada de que quatro deles estariam com data errada, a autora/recorrida emitiu outros quatro, recebendo um aditivo contratual de 45 (quarenta e cinco) dias.

Posteriormente, ao se dirigir ao estabelecimento da ré/agravante, surpreendeu-se com o fechamento do mesmo e o início da compensação dos cheques. Dirigiu-se ao banco e conseguiu sustar doze dos cheques, sendo que um deles foi compensado e o outro retornou por falta de fundos, razão pela qual teve seu nome inscrito nos cadastros de maus pagadores.

Em suas razões (fls. 242/244), a agravante alega, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva, porquanto a recorrida teria firmado contrato com Maria de Jesus V. de A. Melo-ME, empresa licenciada para utilização da marca Casa D. No mérito refuta a ocorrência de abalo moral, pois entende que o fato ocorrido não passou de mero dissabor cotidiano e que não cabe indenização extrapatrimonial pelo descumprimento de contrato.

Pugna, ao final, pela retratação da decisão monocraticamente prolatada por este relator. Caso este togado decida pela sua manutenção, requer seja submetido o agravo à Câmara para julgamento.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, trago-o à mesa para julgamento.

Recife, 26 de Março de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287341-2 RECIFE/PE

AGRAVANTE: CASA D INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA

ADVOGADO: VICTOR ALEXANDRE ZILIO FLORIANO SP164791

AGRAVADO: KAROLINE SOARES CHAVES

ADVOGADO: ALMIR VASCONCELOS RAMOS PE026080

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE PASSIVA

A recorrente alega, em preliminar, sua ilegitimidade passiva, pois informa ter sido o contrato firmado com a empresa Maria de Jesus V. de A. Melo-ME, que não seria sua representante ou franqueada mas apenas deteria licença para utilizar sua marca.


Com efeito, figura no instrumento de contrato a pessoa jurídica acima mencionada, no entanto a ora agravante aparece no documento de fls. 18/19 como garantidora da qualidade dos produtos, indicando, assim, sua participação na relação contratual.

Ademais, como bem elucidou o magistrado de piso, estando as partes sob a égide da legislação consumerista, não pode ser oposto ao consumidor o fato de que não mais existe relação entre a detentora da marca e quem a utiliza indevidamente. Segundo a Teoria da Aparência, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, “não se pode obrigar o contratante de boa-fé a realizar uma verificação aprofundada da personalidade jurídica da empresa antes de contratar ou de demandar contra ela” (TJRS. Agravo de Instrumento nº 70048915359, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 15/05/2012).

Por todo o exposto, **REJEITO** a suscitada preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.

É como voto.

Recife *96* de *Março* de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287341-2 RECIFE/PE

AGRAVANTE: CASA D INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA

ADVOGADO: VICTOR ALEXANDRE ZILIO FLORIANO SP164791

AGRAVADO: KAROLINE SOARES CHAVES

ADVOGADO: ALMIR VASCONCELOS RAMOS PE026080

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

MÉRITO

No mérito, a empresa agravante discute a ocorrência do dano moral, pois, no seu entender, o fato ocorrido não passou de mero dissabor cotidiano e que não cabe indenização extrapatrimonial pelo descumprimento de contrato.

Tais alegações não merecem prosperar. Explico.

É que, conforme elucidado no relatório, a despeito de não ter cumprido sua parte na obrigação contratada (confeção de móveis para a residência da ora agravada), a empresa Casa D realizou o desconto de dois dos cheques emitidos para pagamento dos bens. Ocorre que a autora, ora agravada, não dispunha de fundos em sua conta bancária para cobrir o valor constante de um dos títulos, razão pela qual o mesmo foi devolvido, culminando na negativação da recorrida.

Ora, não pode ser acolhido o argumento, trazido nas razões do apelo, de que o banco Bradesco seria o real responsável pela negativação, pois, a despeito de ter sido quem encaminhou o apontamento aos órgãos de proteção ao crédito, tal fato teve como causa primeira a falta de fundos do cheque e este, por sua vez, não poderia ter sido descontando tendo em vista a falta de contraprestação do contrato firmado entre as partes litigantes.

Noutras palavras, acaso o pacto houvesse sido regularmente cumprido pela empresa, com a confecção dos móveis solicitados, estaria certo o desconto dos cheques e, conseqüentemente, havendo carência de fundos, seu apontamento nos cadastros restritivos seria correto.

Presentes, portanto, a **conduta ilícita**, consubstanciada na compensação se cheques sem a devida contraprestação por parte da empresa, o **dano** causado à recorrida, ante a anotação indevida nos órgãos de proteção ao crédito, bem assim o **nexo de causalidade** entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

Configurada a ilicitude dos descontos efetuados, há o dever de indenizar, conforme determina o art. 186¹ do Código Civil. Consigno que há entendimento consolidado nos Tribunais no sentido de não haver necessidade de demonstrar-se o efetivo dano em razão da dificuldade de produção de tal prova, tratando-se de um bem

¹ CC. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

incorpóreo, bem como face à presunção da existência do dano, pois inquestionáveis os aborrecimentos decorrentes da inscrição indevida, *in verbis*:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NA SERASA. PROVA DO DANO. DESNECESSIDADE. DANOS MORAIS. VALOR DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. I - A exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes. II - É possível a intervenção desta Corte para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo acórdão recorrido se mostre irrisório ou exagerado, situação que não se faz presente no caso concreto. Agravo improvido. (STJ. AgRg no Ag 979.810/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 01/04/2008).

A dor, o sofrimento ou o constrangimento suportados pelo ofendido são, decerto, irreparáveis, consoante serem valores de natureza inapreciável. Este tipo de indenização (pelo dano imaterial) serve como meio de se mitigar a dor da vítima, impingindo-lhe o conforto necessário para que o sofrimento experimentado seja, ao menos, compensado.

É cediço que a reparação do dano moral há de ser arbitrada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva.

O valor da indenização, nesse passo, deve ser arbitrado em patamar que ofereça compensação ao lesado, para atenuar o sofrimento havido, e inflija sanção ao causador do dano, visando a coibir a reiteração da prática de atos lesivos à personalidade de outrem.

Assim, verifico ser correto o *quantum* indenizatório estipulado, uma vez que se coaduna com o comumente aplicado pelo STJ e por este Egrégio Tribunal, por atender ao binômio reparação/desestímulo, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. VALOR ARBITRADO MODERADAMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Esta Corte, em casos de inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito, tem fixado a indenização por danos morais em valor equivalente a até cinquenta salários mínimos 2. O valor arbitrado a título de reparação de danos morais está sujeito ao controle do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja irrisório ou exagerado, o que não ocorre no presente caso em que fixado em R\$ 5.000,00. 3. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS PARA DAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL E NEGAR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (STJ, AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 754.518/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 22/09/2010, sem grifos no original)

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ABALO DE CRÉDITO - RESTRIÇÃO DE CRÉDITO [...] REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO - DECISÃO UNÂNIME. [...] Já no que diz respeito aos critérios para fixação do quantum indenizatório, não existe orientação segura, uniforme e objetiva na doutrina ou na jurisprudência de nossos Tribunais. Desta maneira, é necessário atentar-se para todas as circunstâncias fáticas do processo, como a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, a natureza e a extensão do dano, as condições sociais e econômicas da vítima e dos ofensores. Ocorrência de excesso no *quantum* indenizatório, reduzindo-se seu valor para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mantendo-se no mais a sentença *in totum*. Apelo parcialmente provido. Decisão unânime. (TJPE – ApCiv nº137773-7, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, 6ª Câmara Cível, j. em 26/8/2008, sem grifos no original)

No tocante ao pleito de rateio das custas judiciais, entendo não ter ocorrido, *in casu*, sucumbência recíproca, porquanto a autora/agravada decaiu somente de um dos pedidos, qual seja a confecção dos móveis contratados, tendo sido vencedora nos pleitos de retirada do apontamento indevido e condenação em danos morais, razão pela qual mantenho a incidência das custas e honorários advocatícios sobre a empresa agravante.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, mantendo, integralmente, a decisão terminativa proferida na apelação nº 0287341-2.

É como voto.

Recife, 26 de Maio de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator